



## I – INTRODUÇÃO

Para pensar os desafios do movimento sindical das trabalhadoras e trabalhadores técnicos administrativos em educação, em relação ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) no Brasil frente ao Governo Lula-Alckmin, é importante ter em mente que o país está inserido em uma conjuntura internacional. Isso nos impõe pensar como a política e a economia no Brasil, em sua condição dependente, se desenvolverão na estrutura desigual e combinada do funcionamento da reprodução internacional do capital. Partimos então da premissa de que a instabilidade econômica internacional, acompanhada pela pandemia do Coronavírus; pela guerra na Ucrânia e pelo acirramento de outros conflitos militares; com o aprofundamento das crises climática e ambiental; e a crise imigratória e a questão dos refugiados; apontam para uma dinâmica de ampliação do mal-estar e da deterioração da vida das massas em todos os continentes. Paralelo a esse processo, manteve-se a taxa de lucro de diversas frações do capital internacionalizado e a permanência da lógica fictícia de sua reprodução.

## II - AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

### II.a) Internacional:

A derrota de Trump nos EUA e a vitória do governo Biden (que carrega um aspecto aparente de um projeto mais “civilizatório” e “democrático”), apontam para uma direção econômica multilateral, que demanda ações de cooptação de lideranças populares e oprimidas, principalmente no continente latino-americano. A essência da política de Biden é, todavia, imperialista, em franca disputa com a China; e neste momento tem uma estratégia de manter a dominação política e econômica dos países da América do Sul e na aposta de ampliar a zona de influência da OTAN, o que acirra os conflitos



dessa região. De algum modo, outra premissa a ser analisada é se a guerra na Ucrânia não simboliza uma disputa se o processo de concentração do capital migrará para o leste (tendo China e Rússia como expoentes) ou se permanecerá no oeste com a tutela estadunidense. Neste quadro internacional, a extrema-direita continua em uma ofensiva política, na disputa de consciência das trabalhadoras e trabalhadores em diversos países, apesar de mais enfraquecida em comparação há alguns anos.

Neste contexto, o continente sul-americano vivenciou a vitória de candidaturas com apoio de setores da classe trabalhadora, mas também com apoio de setores importantes da burguesia local que possuem um caráter de subserviência às frações do capital internacional. Nesta quadra histórica, a vitória de candidaturas que contam com o apoio dos setores mais progressistas das sociedades latino-americanas se configurando como governos de colaboração de classes, com viés mais à esquerda que os governos anteriores, como no Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Brasil; as configuram como elementos importantes para pensar o futuro da conjuntura internacional política e econômica, e apontam o resultado de importantes mobilizações populares que esses países atravessaram no último período. Na conjuntura internacional que caracterizamos como reacionária, ocorreram diversas lutas e essas vitórias eleitorais são resultados desses processos. Todavia, a chave reacionária ainda não virou, e como exemplo, podemos visualizar o que ocorreu no Peru no final de 2022 com a deposição do presidente eleito; com a tentativa de golpe no Brasil em 8 de janeiro de 2023, na Bolívia em 26 de junho de 2024; e o não reconhecimento dos EUA em relação à vitória eleitoral de Nicolas Maduro na Venezuela em agosto de 2024 (que apoia diretamente os setores da direita venezuelana derrotada na eleição que questiona o resultado do pleito eleitoral).

## **II.b) Nacional:**

Para refletir de forma integrada a conjuntura internacional com a conjuntura política e econômica brasileira, é necessário levar em consideração os efeitos de alguns acontecimentos da luta de classes no Brasil nos últimos anos, que transformaram de maneira significativa a nossa realidade.

1. O golpe parlamentar de 2016 e a agenda reacionária colocada em prática pela burguesia;
2. A eleição de 2018 e a vitória da extrema-direita;



3. O período que compreende a pandemia;
4. A vitória de Lula-Alckmin

O golpe jurídico-midiático-parlamentar que derrubou a presidenta Dilma em 2016, promoveu o avanço de reformas que possibilitaram o aumento da acumulação de capital no Brasil e sua consequente exportação em virtude do caráter dependente da economia do país. Destas reformas destacamos a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, da Lei 13.429/2017 (Terceirização Ampla e Irrestrita) e da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Essa tríade compõe um núcleo importante para subsidiar as análises do futuro do trabalho e do serviço público no Brasil, e em especial o futuro das Universidades Públicas brasileiras.

O período de 2016 e 2017, fortaleceu a germinação de um setor da extrema-direita brasileira, que em 2018 foi representada por Jair Bolsonaro. Esse campo da extrema-direita, vitorioso em 2018, apesar de apresentar uma aparência de outsider, de antipolítica, foi e é na essência a manutenção da ordem, aprofundando a lógica liberal na economia impondo uma pauta conservadora para os costumes. A partir de 2019, o racismo, a LGBTfobia, o machismo e o negacionismo se fortaleceram dramaticamente em diversas esferas da sociedade brasileira e essa combinação de ultra liberalização da economia (se traduzindo na aprovação da Reforma da Previdência e na autonomia do Banco Central), com a disseminação de ideias negacionistas, autoritárias e preconceituosas caracterizou o Governo Bolsonaro provocando drásticos problemas no enfrentamento da Pandemia da COVID-19. A rigor, se analisarmos em uma perspectiva histórica mais ampla, é possível perceber um forte avanço do conservadorismo e de setores da extrema-direita em diversas esferas do Estado e da sociedade civil.

Na arena das Universidades Públicas, vivenciou-se um extremo desrespeito à já restrita democracia e autonomia universitária. Diversos reitores e reitoras eleitos/as pela comunidade universitária não foram empossados/as pelo MEC, e a política de financiamento público, de corte orçamentário, atingiu níveis nunca vivenciados pela comunidade acadêmica. Não houve política de reajuste salarial, assim como iniciativas de aperfeiçoamento da carreira, aumentando drasticamente a precarização nas condições de vida e do trabalho das trabalhadoras(es) Técnicas Administrativas em Educação. Para além disso, fortaleceu-se a política de controle rígido do trabalho via ponto eletrônico e iniciou-se uma política de



teletrabalho que apesar de trazer enormes limitações estruturais para quem aderir a esse regime e impor enormes desafios para a organização do movimento sindical, conseguiu capturar o desejo de enorme parcela da categoria que atua na área acadêmica e da gestão administrativa/financeira das Universidades.

Em 2022, a contragosto de diversos setores da esquerda organizada (esquerda essa que não possui hegemonia na condução política do campo popular), o campo petista liderou a criação de uma frente amplíssima, incorporando Alckmin e dezenas de setores aliados às esferas do capital. Trata-se de uma articulação política que engloba, portanto, setores representativos da classe trabalhadora e setores fortes das frações do capital. Essa articulação garantiu uma vitória extremamente apertada no segundo turno para a candidatura de Lula-Alckmin (menos de 2% de diferença), o que demonstra que apesar de tudo que aconteceu no país entre 2019 e 2022 (33 milhões de pessoas miseráveis, negacionismo, autoritarismo) o campo da extrema-direita no Brasil apesar de perder uma eleição por menos de 2%, ainda permanece pujante, muito em decorrência de sua maioria expressiva no congresso nacional.

Esta situação nos coloca um desafio:

**Como avançar na derrota da extrema-direita e no fortalecimento de um projeto político socialista junto à população, no decorrer dos próximos anos?**

A pergunta é necessária, porque se essa articulação amplíssima representada por Lula-Alckmin quase foi derrotada pela extrema-direita brasileira, é previsível que a referida articulação possua um projeto com grandes dificuldades de derrotar a extrema-direita brasileira nesses próximos 4 anos, uma vez que a estratégia de conciliação de classes que será adotada pelo Governo Lula-Alckmin deverá impossibilitar a adoção de políticas que altere a lógica liberal que domina a política econômica brasileira. Em outras palavras, se o projeto de conciliação de classes que caracterizou os governos petistas de 2003 a 2016, levou à classe trabalhadora à derrota, frente ao golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016, a reedição desta estratégia em uma conjuntura mais desfavorável, não só dificultará o avanço político da classe trabalhadora na construção de um outro projeto social, como poderá deixar espaço para uma vitória do campo da extrema-direita em 2026. Somado a tudo já exposto, cabe as entidades sindicais promoverem intenso trabalho de formação e conscientização de



classe e inspirar a sociedade para elegermos deputados e senadores que promovam o social desenvolvimentismo.

E é neste cenário, ainda de viés reacionário, que o SINTEST-RN enfrentará um triplo desafio: O primeiro desafio é o de manter a construção de um sindicato autônomo, classista e democrático. O segundo desafio, é na perspectiva classista e autônoma, lutar contra a política antidemocrática e autoritária da direita e seu extremismo que terá como alvo o Governo Lula-Alckmin, e o terceiro desafio, paralelo a isso, é fortalecer a construção de um projeto contra hegemônico, para que setores da classe trabalhadora não enxerguem na extrema-direita uma alternativa política e antissistema.

### **II.c) Estadual:**

Assim como no cenário nacional, o governo do Rio Grande do Norte, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, tem enfrentado desafios desde o saneamento da política fiscal e financeira, amplamente combatida pela Assembleia Legislativa, esta promove renúncias fiscais, na contramão dos demais estados do NE, comprometendo a entrega de políticas públicas na área de saúde, educação e segurança, à camada mais pobre da sociedade potiguar.

Apesar de todos os entraves promovidos pela extrema-direita no estado, não podemos permitir e nos calar no momento em que a educação do RN se encontra entre os piores índices do IDEB, sendo a governadora oriunda da esquerda e principalmente professora. Assim como aceitar o descumprimento de acordos de greve, do governo com os sindicatos, por ações judiciais provocadas pelo próprio procurador estadual.

Na área da saúde, passados mais de 6 anos, apesar de todos os esforços na construção dos consórcios de saúde e na melhoria das estruturas dos hospitais regionais, a superlotação do Complexo Hospitalar Walfredo Gurgel continua sendo palco de sofrimento da população que busca seus serviços. Esperamos que a construção do hospital metropolitano, recentemente divulgado, venha a atender e suprir as necessidades para reduzir o sofrimento da população que mais precisa, assim como favorecer as condições de trabalho dos seus servidores.



Portanto, embora o governo do estado se defina de centro-esquerda e esteja no campo oposto à maioria dos parlamentares estaduais, os números e as entregas de políticas públicas, assim como suas ações, não se coadunam com o pensamento social e práticas voltadas à valorização do trabalho e entrega de políticas públicas.

Frente a todos esses cenários, parece-nos ser urgente e refletir, se refere à posição da FASUBRA e do SINTEST-RN em relação à pauta de reivindicações junto ao governo Lula-Alckmin que indica o cumprimento do acordo de greve assinado em 2024.

**Como as entidades devem aliar, em termos táticos e estratégicos, as demandas de reajuste salarial, aperfeiçoamento da carreira e democratização das Universidades Públicas? Tem alguma pauta a ser hierarquizada? Como relacionar a pauta da categoria com a grave crise social que assola o país, afetando diretamente 33 milhões de pessoas que passam fome, frente à vigência dos limites impostos pela Emenda Constitucional 95/2016?**

Diante deste conjunto de desafios, o SINTEST-RN realizará entre os dias 10 e 11 de outubro de 2024, o XXVII Congresso, *no qual apresenta o desafio de se construir coletivamente um plano de lutas que consiga:*

- Fortalecer a construção de um movimento sindical autônomo, classista, democrático;
- Estabelecer no SINTEST-RN, uma administração político-sindical, zelando pela ética, respeito e fidelidade as boas práticas em administração e governança;
- Manter o SINTEST-RN independente e autônomo frente ao Governo Lula-Alckmin;
- Lutar junto com a FASUBRA pelo cumprimento integral do Acordo de Greve de 2024;
- Lutar junto com a FASUBRA pela democratização das Universidades Públicas, em especial da UFRN e UFERSA;
- Fortalecer a luta do SINTEST-RN contra o liberalismo e neoliberalismo, estes representados pela direita e a extrema-direita dentro e fora da UFRN e UFERSA;



- Manter o SINTEST-RN autônomo e independente à gestão da Reitoria da UFRN e UFERSA;
- Lutar contra o Racismo, contra o Machismo e contra a Homofobia;
- Lutar em favor das políticas públicas inclusivas e redutoras de desigualdades sociais.

Considerando esses 9 propósitos centrais destacados acima, e utilizando do acúmulo de propostas deliberadas pelos Congressos anteriores do SINTEST-RN, **apresentamos as seguintes proposições para a confecção do Plano de Ações e de Lutas que constarão nas deliberações do CONSINTEST 2024:**

1. Que o SINTEST-RN articule suas mobilizações junto a FASUBRA, mantendo a política de fortalecimento de relação de nossa entidade com os demais sindicatos de categorias profissionais, movimentos sociais estaduais e classe estudantil;
2. Intensificar a luta junto à FASUBRA Sindical e demais sindicatos dos trabalhadores, estudantes e movimentos sociais, contra os ataques da extrema-direita financiada por setores do empresariado que atentam contra os direitos civis e sociais estabelecidos, já de forma restrita pelo estado democrático de direito, e que visam destruir o serviço público no país e que avança na entrega das riquezas do país para as empresas multinacionais;
3. Intensificar a luta junto à da FASUBRA Sindical e demais sindicatos de trabalhadores e estudantes, pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (antiga PEC 241 e PEC 55), que é um mecanismo de retirada de financiamento estatal do serviço público no decorrer dos próximos anos. A vigência dessa Emenda Constitucional durante os próximos 13 anos vai limitar o Estado a promover reajustes salariais para servidoras e servidores ativos, aposentados, aposentadas e pensionistas, sem limitar os juros da dívida, além de condicionar a Saúde Pública e a Educação Pública para processos de privatização;



4. Intensificar a Luta em conjunto com a FASUBRA Sindical e demais sindicatos dos trabalhadores e estudantes, pela revogação da Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência) que retira o direito da população ao acesso à aposentadoria;
5. Intensificar a Luta em conjunto com a FASUBRA Sindical e demais sindicatos dos trabalhadores e estudantes pela revogação da Terceirização Ampla e Irrestrita (Lei 13429/2017) e da Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017);
6. Intensificar a Luta em conjunto com a FASUBRA Sindical e demais entidades sindicais, movimentos sociais e estudantis, pela revogação da Lei Complementar nº 179 de 24 de fevereiro de 2021, que confere a autonomia do Banco Central brasileiro frente a qualquer governo em vigor;
7. Apoiar e construir a luta em conjunto com setores da sociedade civil que reivindicam o fim dos autos de resistência, bem como apoiar a luta contra o encarceramento massivo no Brasil protagonizado pelo movimento “Desencarcera”;
8. Reivindicar junto com a FASUBRA, a aprovação de Lei no Congresso Nacional que elimine a necessidade do envio de lista tríplice por parte das Instituições ao MEC, e elas terem total autonomia para eleger as/os dirigentes, gestores. Devendo garantir a paridade entre os 3 segmentos no processo eleitoral;
9. A referida lei deve garantir isonomia de critérios a todas as trabalhadoras e trabalhadores da Instituição, Docentes e Técnicos Administrativos em Educação em relação à possibilidade de ocupar cargos de Reitor(a). Em virtude de não existir explicação racional e democrática que justifique o impedimento dos trabalhadores(as) Técnico Administrativo em Educação, não disputar e ocupar o cargo de dirigente máximo da Instituição;



10. Propor a criação do GT's temáticos, quando necessitar de construção de propostas a serem apresentadas ao Governo, composto por membros da Direção e da Base da categoria;
11. Lutar em conjunto com a FASUBRA e o ANDES-SN pelo fim imediato das intervenções nas instituições federais de ensino, com a nomeação do(a) mais votado(a) pela comunidade acadêmica nas instituições, garantindo a autonomia universitária;
12. Reivindicar em conjunto com a FASUBRA, a alteração do Art. 56 da Lei 9.394/1996 que dificulta a construção da paridade entre os 3 segmentos da comunidade universitária na composição dos conselhos superiores e demais conselhos deliberativos das instituições públicas de ensino, uma vez já previsto na LDB, a composição paritária nos conselhos superiores da IF's, pelo corpo docente, discente e técnicos administrativos;
13. Em âmbito local, lutar pela instituição de conselhos superiores paritários na UFRN e UFERSA, com participação de aposentados e pensionistas;
14. Lutar em conjunto com a FASUBRA e o ANDES-SN pela Revogação/Revisão as Instruções Normativas que atingem os técnico-administrativos e Decretos como o 10.620/21;
15. Cobrar junto a Administração Superior da UFRN e da UFERSA a elaboração de editais internos de pesquisa e extensão que valorizem e priorizem os projetos interdisciplinares, que possibilite a participação e o envolvimento direto dos técnico-administrativos em educação no planejamento, na coordenação, execução de atividades de educação, extensão e pesquisa;
16. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA, a destinação anual de verbas públicas nos orçamentos das unidades e dos diversos setores da universidade para possibilitar a participação de técnicos administrativos em Educação em congressos nacionais e internacionais que ocorram dentro e fora



de Natal-RN, de acordo com a Lei 11.091/05, de modo que os TAE's sejam incluídos formalmente no corpo acadêmico para o recebimento de financiamentos, atendendo ao princípio da isonomia;

17. Lutar contra a Portaria 2.117/2019 que permite que 40% da carga horária dos cursos superiores possam ser ofertados em EAD;
18. Propor a Administração Superior da UFRN e da UFERSA a realização do I Congresso de Pesquisa dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRN e da UFERSA;
19. Manter a luta contra o Projeto “Escola Sem Partido” e contra qualquer outro projeto autoritário dentro e fora da UFRN e UFERSA, que fira a autonomia pedagógica e a liberdade de ensino, pesquisa e extensão;
20. Construir o Projeto Memória do SINTEST-RN, incluindo no seu plano de trabalho, a previsão de recursos orçamentário e humanos, ampliando seus espaços de divulgação e atuação;
21. Disponibilizar cópias de artigos, teses, monografias e dissertações sobre a luta e o cotidiano do(as) TAE's no acervo do Projeto Memória e redes sociais do SINTEST-RN;
22. Cobrar da UFRN e UFERSA, a promoção e promover a realização de um Ciclo de Debates destinados a temas relacionados a cultura, sexualidade, alcoolismo, depressão, qualidade de vida, na chamada “terceira idade”;
23. Que o SINTEST-RN elabore uma política de ampliação dos trabalhos da oficina de artesanato, bem como organizar locais para sua exposição e venda, promova cursos de aperfeiçoamento, visando o desenvolvimento de novas técnicas de artesanato;
24. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA a adoção de uma política de reconhecimento e valorização do(a) aposentado(a) como membro



atuante da Comunidade Universitária e a garantia de representação/participação nos conselhos superiores;

25. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA a efetivação da autonomia universitária, consolidando e implementando de forma imediata a flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salários, em toda a UFRN e UFERSA;
26. Intensificar a Luta contra o instrumento de controle do trabalho nas unidades acadêmicas e administrativas da UFRN e UFERSA;
27. Intensificar a Luta contra todas as medidas administrativas da Administração Superior da UFRN e UFERSA que visem aumentar a precarização das condições de vida, de estudo e de trabalho dentro da UFRN e UFERSA;
28. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA a adoção de uma política institucional que garanta que as funções dos cargos de técnico-administrativos em educação não extintos pela Lei nº 9.632/1998 e pelo decreto 9.262/18, sejam exercidas exclusivamente por técnico-administrativos em educação, sendo vedada sua realização por trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, fundacionais, bolsistas, estagiários e outros;
29. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA, a realização de forma didática, com ampla divulgação e com total transparência das prestações de contas da UFRN, da UFERSA e de todas as suas Fundações de Apoio por meio de audiência pública, atendendo aos princípios da Lei de Acesso à Informação;
30. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA a realização de seminários institucionais nas Universidades, envolvendo todos os segmentos da comunidade universitária, para discutir a segurança nos campi;
31. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA que o trabalho de gerência da segurança patrimonial da UFRN e UFERSA, seja desempenhada



- exclusivamente por servidores estatutários efetivos da UFRN e UFERSA, do cargo de vigilante, obedecendo às legislações específicas;
32. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA o estabelecimento junto as empresas terceirizadas prestadoras de serviços de segurança, que pelo menos 40% das vagas de segurança patrimonial previstas no contrato assinado, sejam ocupadas por mulheres;
  33. Cobrar da Administração Superior, a realização periódica de Seminários Institucionais na UFRN e UFERSA, envolvendo todas as chefias de setores, para debater a questão do Assédio Moral e Sexual, visando elaborar propostas institucionais que contribuam no combate a essa prática;
  34. Cobrar da Administração Superior da UFRN e UFERSA, maior agilidade na conclusão nos processos administrativos de natureza assediante, seja moral ou sexual, conferindo o direito a ampla defesa e ao contraditório ao assediante, com duração razoável do processo, conforme legislação em vigor;
  35. Lutar pela realização de eleições diretas para os cargos de direção, coordenações e chefias da UFRN e UFERSA;
  36. Avançar no debate sobre Organização por Local de Trabalho na UFRN e UFERSA, visando que o SINTEST-RN contribua diretamente na organização das trabalhadoras e trabalhadores contratados pelas empresas terceirizadas, possibilitando a organização da luta por melhores condições de trabalho e o reconhecimento dessas trabalhadoras e trabalhadores como membros da comunidade acadêmica;
  37. Realização de Seminários destinados a trabalhadoras e trabalhadores da UFRN e UFERSA que atuam fora dos campi centrais, com o objetivo de refletir sobre as condições de trabalho e sobre a elaboração de propostas de políticas institucionais que possam ser refletidas e debatidas nos conselhos superiores;



38. Que o SINTEST-RN elabore o Primeiro Seminário Sindical Ecosocialista para refletir e fortalecer a luta contra os efeitos provocados pelo capitalismo contra o meio ambiente que afetam de forma prejudicial o nosso cotidiano e que ameaça a médio prazo a vida humana no planeta;
39. Criação da Coordenação de Saúde e HU's do SINTEST-RN, em consonância com a pasta da FASUBRA;
40. Criação da Coordenação de Relações de Trabalho, sendo esta, aglutinada a Coordenação Jurídica, em consonância com a pasta da FASUBRA;
41. Criar e fortalecer Delegacias Sindicais nos Hospitais Universitários, conforme estabelece o Estatuto Social promovendo o fortalecimento da Luta pelos interesses dos servidores lotados nestas instituições;
42. Lutar para que a UFRN e UFERSA, criem políticas institucionais de saúde da mulher;
43. Lutar para que as Administrações Superiores da UFRN e UFERSA viabilizem uma forma de atendimento psicossocial para a mulher vítima de violência no próprio campus da UFRN e UFERSA;
44. Solicitar à FASUBRA o encaminhamento à ANDIFES de um documento solicitando que as universidades criem um núcleo de combate ao assédio moral e sexual e resolução de conflitos;
45. Lutar por uma verdadeira Reforma curricular nas licenciaturas, para viabilizar a Lei 10.639/03, bem como a criação de um curso de especialização que contemple a temática afrodescendente tal qual a que já houve com a temática indígena;
46. Cobrar das administrações superiores da UFRN e UFERSA, em especial da Pró Reitoria de Graduação, a realização de seminários institucionais, envolvendo as coordenações de cursos e promover ações para se aplicar de forma efetiva a Lei



- 11.645/2010 (que inclui no currículo oficial a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena”) nos projetos curriculares de todos os cursos da UFRN e UFERSA;
47. Por cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu;
48. Reivindicar da UFRN e UFERSA o desenvolvimento de políticas institucionais que visem combater o machismo, racismo e LGBTfobia nas Instituições;
49. Que a UFRN e UFERSA, adotem uma política de assistência à saúde do trabalhador(a) que contemple as especificidades da população negra, como, por exemplo a inclusão do exame de anemia falciforme nos exames médicos periódicos para trabalhadoras negras e negros, a realização de campanha de prevenção de hipertensão arterial, com atenção às especificidades dos trabalhadores negros e das trabalhadoras negras;
50. Lutar pela ampliação da política institucional que viabiliza o acompanhamento psicológico do servidor e da servidora;
51. Criar e fortalecer Delegacias Sindicais nos hospitais universitários, conforme estabelece o Estatuto Social, promovendo o fortalecimento da Luta pelos interesses dos servidores lotados nestas instituições.
52. Lutar para ter lugar de fala nas instâncias dos hospitais universitários, nas matérias que seja do interesse dos servidores;
53. Lutar e propor que os servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, tenham reestabelecidas a reserva de vaga para atendimento nos hospitais universitários, voltando a ser porta de entrada para o servidor no SUS;
54. Lutar junto a PROGESP para fortalecer e reativar os programas de saúde do DAS a fim de que o número de vagas para atender as demandas de saúde dos servidores sejam supridas.

